

高天賜 議員辦事處
GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

INTERPELAÇÃO ESCRITA

No Relatório das LAG de 2020 refere-se que o Governo procederá “de forma contínua, ao controlo rigoroso das despesas públicas para que se mantenham a um nível racional, em conformidade com os requisitos previstos nas leis e regulamentos legais, elevando a transparência das respectivas informações, permitindo, deste modo, reforçar a fiscalização social relativamente a esta matéria” (Cfr. Página 191)

No âmbito da transparência das despesas públicas é fundamental que a celebração de contratos públicos respeite os princípios da livre prestação de serviços, da igualdade de tratamento, da não discriminação, da proporcionalidade e da clareza, de forma a potenciar um crescimento, sustentável e abrangente da sociedade de Macau, evitando-se a todo o custo a concorrência desleal.

Nesse sentido, e no âmbito da contratação pública importa conhecer o perfil da entidade pública adjudicante, a entidade adjudicatária, o tipo de procedimento utilizado para a contratação, o objeto contratual, eventuais relatórios de formação do contrato ou de não celebração do contrato, de modificação do objeto contratual e, também, o preço da adjudicação e os prazos de amortização entre outros elementos, ou seja introduzindo dados claros e transparentes do conhecimento da maioria dos cidadãos.

Igualmente relevante é saber o resultado de execução do contrato, de molde a conhecer se, por exemplo, a entidade adjudicatária cumpriu ou não com o contratado, ou seja, se se comportou como um bom fornecedor da RAEM ou se, pelo contrário, existiriam dificuldades injustificadas no cumprimento do contratado, que, por exemplo, podem impedir nova participação em procedimentos de contratação pública no futuro, mercê da falta de qualidade dos serviços prestados anteriormente.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando, que me sejam dadas respostas, de uma **forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA e em tempo útil** sobre o seguinte:

1. Independentemente da inexistência de legislação específica sobre esta matéria e no âmbito da prossecução dos objetivos da transparência na utilização dos



高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

dinheiros públicos da RAEM irá o Governo publicitar todos os contratos celebrados pelas entidades públicas, incluindo obras públicas e concessões, com divulgação de todos os elementos do contrato e, bem assim, o resultado da sua execução, através, por exemplo, da construção de uma base de dados de contratos públicos acessível na Internet a todos os cidadãos?

2. Que medidas irá o Governo implementar de forma a evitar e prevenir conflitos de interesses entre as entidades públicas e os elementos das entidades privadas adjudicatárias nos processos de contratação pública?

3. No âmbito da contratação pública, serão divulgados aos cidadãos, para além do nome das entidades adjudicatárias, os seus sócios, administradores e os respectivos beneficiários efectivos quando estejam em causa pessoas coletivas, uma vez que os verdadeiros proprietários das empresas estão, muitas das vezes, escondidos atrás de pessoas que os representam?

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 07 de Agosto de 2020.



José Pereira Coutinho